

Panorama Mundial

Este capítulo apresenta dados sobre a situação da seguridade social de 48 países que integram a rede *Observatório da Cidadania/Social Watch*. Os textos na íntegra podem ser lidos – em espanhol ou em inglês – no CD que acompanha esta publicação.

Tradução: Luciano Cerqueira

1. Alemanha

Seguridade social em perigo

A aplicação de conceitos neoliberais à rede de seguridade social alemã tem resultado na redução dos benefícios. As mudanças envolvem elevação da idade para aposentadoria e menos pessoas cobertas pelo seguro-saúde. Ao mesmo tempo, os direitos básicos de pessoas que solicitam asilo têm sido violados e as promessas da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) à seguridade social dos países mais pobres não são cumpridas.

SOCIAL WATCH ALEMANHA E CÚPULA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – UWE KERKOW

2. Argentina

Direitos mais distantes

Com a crise do modelo da década de 1990 e o advento das crises política, social e econômica de 2001–2002, o fenômeno da exclusão social acentuou-se de maneira radical. Desde então, todas as políticas implementadas para reduzir a pobreza e promover uma vida mais digna para milhões de pessoas têm-se mostrado ineficazes.

CENTRO DE ESTUDOS LEGAIS E SOCIAIS – PILAR ARCIADIACONO E LAURA ROYO

3. Azerbaijão

Riqueza petrolífera versus necessidades sociais

Dezesseis anos depois da independência e da troca para uma economia de mercado, o país ainda não adotou um sistema adequado de seguridade social. A grande quantidade de pessoas refugiadas e desalojadas cria demanda maior de proteção social, ao passo que a população em processo de envelhecimento pressiona o sistema de pensões. O retorno financeiro proveniente da exploração de petróleo possibilitaria ao governo cobrir as necessidades sociais. Porém, o percentual do orçamento público dedicado ao gasto social é insuficiente.

CENTRO DE MONITORAMENTO DE FINANÇAS PÚBLICAS – KENAN ASLANLI

4. Bangladesh

Vulnerabilidade persistente

Apesar de ganhos significativos em saúde e educação, o país ainda enfrenta desafios extraordinários nesses setores. Faltam qualidade na educação e acesso à saúde para todas as pessoas. Os programas de qualificação social do governo chegam a 13% do total de domicílios. Porém, a taxa de pobreza alcança 40% e a pobreza extrema, 25,1%.

UNNAYAN SHAMUNNAY – TAIFUR RAHMAN

5. Bélgica

Desafio da solidariedade perante a globalização

O direito à seguridade social das pessoas mais vulneráveis se degrada, enquanto aumentam a pobreza, o trabalho precário e o subemprego. Há novas leis para pessoas estrangeiras, mas essas não garantem os direitos fundamentais dessas pessoas nem corrigem as falhas do sistema anterior. E a falta de solidariedade se manifesta diante da minguada AOD.

PLATAFORMA BELGA PELO TRABALHO DECENTE – FRANÇOIS SCHREUER E FRANCISCO PADILLA

6. Benin

Esforços para incorporar o setor informal

Os programas de ajuste estrutural aconselhados pelo Banco Mundial e as privatizações anularam vários direitos trabalhistas e fragilizaram a seguridade social, prejudicando as pessoas mais pobres. Pouco mais de 10% da população está coberta pelos atuais sistemas de seguridade social. Por enquanto, um convênio com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em fase experimental, busca proteger trabalhadores e trabalhadoras do setor informal.

SOCIAL WATCH BENIN

7. Birmânia

Direitos sufocados pelo controle militar

A coexistência pacífica e a garantia de seguridade social para todas as pessoas só serão possíveis quando assegurado o direito de autodeterminação do povo mediante um sistema de governo responsável, transparente e descentralizado. Contudo, essa tarefa é das mais difíceis no país. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo gasta 40% do Produto Interno Bruto (PIB) com despesas militares e menos de 1% com saúde e educação. Para resolver a grave falta de acesso das pessoas à seguridade social, será necessária a atuação conjunta de três setores: Estado, organizações da sociedade civil e população.

CONSELHO DE ADVOGADOS DA BIRMÂNIA

8. Bolívia

Privatizações levam sistema ao fracasso

A experiência do novo sistema de seguridade social baseado nas vantagens do investimento privado, em substituição das ações do Estado, resultou em grandioso fracasso. Em vez de garantir a todas as pessoas que trabalham uma aposentadoria digna, a privatização instalou um sistema que vem fracassando em seus principais objetivos: maior cobertura, mais transparência e elevação da renda de pessoas aposentadas.

CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO TRABALHISTA E AGRÁRIO

9. Brasil

A previdência social que as mulheres querem

O sistema de previdência social requer mudanças urgentes. Embora o debate sobre a necessidade de reforma esteja aberto, as injustiças se perpetuam. Para as mulheres, em especial negras, trabalhadoras domésticas e rurais, a discriminação é ainda maior, pois devem trabalhar mais para receber benefícios menores.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA (Cfemea)

10. Bulgária

Programa de pensões para quem?

O sistema de pensões está passando por reformas profundas, consequência de novas realidades financeiras, econômicas, demográficas, políticas e sociais – um pacote que envolve a transição de uma economia socialista para uma economia de mercado. Embora o novo programa de pensões tenha corrigido algumas falhas do sistema anterior, impôs às mulheres uma situação de desvantagem.

FUNDAÇÃO DE PESQUISA DE GÊNERO DA BULGÁRIA; ASSOCIAÇÃO DE PARCERIA BÚLGARA-EUROPEIA E COOPERAÇÃO COM A CONFEDERAÇÃO DE SINDICATOS INDEPENDENTES DA BULGÁRIA

11. Canadá

Insegurança em meio à riqueza

A economia canadense segue na vanguarda da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em muitos sentidos. Após quase uma década de superávit, o governo federal prevê outro, ainda maior que suas próprias expectativas. A taxa de emprego é relativamente alta, apesar da crise na indústria manufatureira. Porém, a desigualdade aumenta dia a dia na sociedade, enquanto as políticas públicas que combatem a injustiça e mantêm a seguridade social estão sendo minadas.

INSTITUTO NORTE-SUL – JOHN FOSTER

12. Colômbia

Trabalho com escassas garantias

A modificação da proteção social tende à privatização do sistema de saúde e pensões e à fragmentação dos programas de assistência social e a redução de uma série de ajudas focalizadas e dirigidas a populações específicas. O acesso à seguridade social depende, cada vez mais, do que se pode pagar – o que destrói seu fundamento de direito e contradiz o princípio da igualdade e da cidadania.

ESCOLA NACIONAL DE SINDICATOS – CORPORACIÓN REGIONAL

13. Costa Rica

Infância roubada

A escassa rubrica orçamentária específica para programas de atenção à saúde e para assistência social a pessoas menores de idade revela que a tutela dos direitos de crianças e adolescentes não tem a prioridade exigida na Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, e no Código da Criança e do Adolescente Nacional. Segundo estudo do Fundo das Nações Unidas de Amparo à Infância (Unicef), a população jovem, que representa 38% da população total, não recebe assistência adequada em educação e saúde.

FEDERAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DE MENINAS, MENINOS E ADOLESCENTES DA COSTA RICA

14. Egito

Estado mínimo e desproteção

Décadas de ajuste estrutural acabaram com um bem-estruturado sistema de proteção social. A maioria das pensões para pessoas idosas não cobre as necessidades mais básicas; a maior parte dos custos dos serviços de saúde é repassada para cidadãos e cidadãs. O sistema público está em processo parcial de privatização. Entretanto, as crescentes pobreza e desigualdade geram contradições que ameaçam provocar conflitos sociais.

ASSOCIAÇÃO EGÍPCIA PARA FOMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE – MAJDI ABDEL-HAMID

15. El Salvador

Retrocessos na democracia e no desenvolvimento

Os indicadores de desenvolvimento social apresentam avanços, ainda que insuficientes, e o baixo crescimento econômico não beneficia os lares mais pobres. A participação cidadã – essencial para promover reformas na seguridade social – está sendo ameaçada pela Lei Especial contra os Atos de Terrorismo, que afeta o exercício dos direitos de liberdade de expressão e organização.

SOCIAL WATCH DE EL SALVADOR – ARMANDO PÉREZ, CLAUDIA HERNÁNDEZ, JEANNETTE ALVARADO, MARIO PANIAGUA E RUDY ROMERO

16. Espanha

Pouco investimento em direitos

O gasto social *per capita* no país está abaixo da média dos outros 15 países da União Européia (UE) antes da ampliação do bloco em 2004 (UE-15). Porém, além de propor uma equiparação à média européia, vale destacar que o superávit acumulado desde 1998 na seguridade social é apenas um entre os variados argumentos que rebatem as propostas de privatização da seguridade e o desvio de recursos do Tesouro. Com relação aos avanços, o reconhecimento de direitos das pessoas em situação de dependência apresenta novos desafios para implementação.

PLATAFORMA 2015 E MAIS – PABLO JOSÉ MARTÍNEZ OSÉS

17. Estados Unidos

Nem social, nem segura

Muitos dos principais programas de proteção social existentes nos Estados Unidos estão sendo minados. A quantidade de pessoas sem seguro-saúde passou de 10 milhões para 48 milhões (um sétimo da população) desde 1989. As pensões da seguridade social pública garantem às pessoas idosas uma renda nos padrões de pobreza. No entanto, apesar de o governo federal não garantir a seguridade social para todas as pessoas, a organização e a resistência geraram iniciativas inovadoras no âmbito estadual.

INSTITUTO DE AGRICULTURA E POLÍTICA COMERCIAL – ALEXANDRA SPIELDOCH, HUNGER NOTES E LANE VANDERSLICE; CENTRO DE CONSCIÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS UNIDOS – ALDO CALIARI E MATT LINTON; PROJETO DE ARTICULAÇÃO GLOBAL-LOCAL – TANYA DAWKINS E ACTION AID ESTADOS UNIDOS – KAREN HANSEN KUHN

18. França

Exclusão no quinto país mais rico

A pobreza e a exclusão tendem a piorar diante do modelo vigente do sistema econômico e social. O novo governo enfrenta o desafio de tornar efetiva a inclusão social mediante a reinserção no mercado de trabalho e o acesso universal à atenção médica de qualidade.

AJUDA CATÓLICA – CÁRITAS FRANÇA

19. Filipinas

Benefício para quem não precisa

O gasto real *per capita* em serviços sociais tem encolhido, a cobertura não é universal e os benefícios se diluem. O programa de seguro social do país é um benefício para as pessoas em melhor situação que, em parte, é pago pelas pessoas pobres. A integração de programas nacionais à atenção médica de base comunitária e melhor acesso geográfico contribuiriam para o desenvolvimento econômico.

SOCIAL WATCH FILIPINAS – EDUARDO GONZALEZ

20. Gana

Sem esperanças para as pessoas pobres

A maioria das pessoas, principalmente as mulheres, trabalham na economia informal. Somente uma minoria no setor formal se beneficia do Plano Nacional de Seguridade Nacional. É necessário um sistema nacional de seguridade social distinto, que se dirija especificamente às mulheres, ao setor informal e a outros grupos necessitados para assegurar um mínimo de benefícios de subsistência às pessoas pobres e marginalizadas.

COALIZÃO SOCIAL WATCH DE GANA

21. Holanda

Migrantes fora da rede de bem-estar

O país desfruta de um estado de bem-estar altamente desenvolvido, com uma gama de benefícios de seguridade social. Não obstante, uma em cada dez pessoas vive abaixo da linha de pobreza, e o percentual de lares com baixa renda aumenta, especialmente entre comunidades de imigrantes. Muitas pessoas não reclamam seus direitos por falta de informação, transformando o combate à pobreza em tarefa árdua.

COALIZÃO SOCIAL WATCH DA HOLANDA – SITA DEWKALIE

22. Honduras

Iniquidades persistentes

A despeito dos proclamados esforços dos sucessivos governos democráticos, a realidade apresenta claro divórcio entre objetivos e resultados. As iniquidades sociais se mantêm, ainda que o Estado venha tentando resolvê-las, em especial aquelas que afetam as mulheres. Os projetos assistencialistas fracassam um após outro, provocando crescente incerteza e insegurança entre a população.

CENTRO DE ESTUDOS DA MULHER – SUYAPA MARTÍNEZ
E ANA MARÍA FERRERA E CENTRO HONDURENHO DE PROMOÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – JOSÉ FILADELFO MARTÍNEZ

23. Hungria

Privatização ganha espaço

A transição de uma economia socialista para uma capitalista e as políticas neoliberais ditadas pelas instituições financeiras internacionais afetaram, praticamente, todos os âmbitos da política social. As privatizações em grande escala entregaram dois terços da indústria ao capital estrangeiro. Uma parte dos serviços públicos ainda prestados pelo Estado está sendo privatizada como uma das “reformas necessárias”, segundo propaganda oficial.

ASSOCIAÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO DAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS EM APOIO AOS CIDADÃOS (ATTAC HUNGRIA) – MATYAS BENYIK

24. Índia

Realidades desafiantes

Durante etapa de notável crescimento macroeconômico, é evidente a necessidade de renovar o enfoque político para reforçar os planos de seguridade social vigentes e desenvolver novas iniciativas que acompanhem as constantes evoluções socioeconômica e demográfica do país, entre elas o processo de envelhecimento da população. A legislação proposta para proteger o setor informal é um passo positivo. Porém, ainda falta muito para garantir uma rede de seguridade efetiva para as pessoas vulneráveis e marginalizadas.

COALIZÃO NACIONAL DO SOCIAL WATCH – HIMANSHU JHA E SANTOSH K. PATRA

25. Iraque

Violência e insegurança prejudicam jovens

A violência e a crise humanitária golpeiam especialmente as pessoas jovens, que deveriam trabalhar para ajudar a manter suas famílias. Porém, elas enfrentam uma taxa de desemprego calculada em 50%. O analfabetismo das pessoas “jovens-adultas” está crescendo: grande quantidade de meninas não freqüenta a escola por razões de segurança ou por restrições de caráter religioso. Jovens de 13 a 35 anos representam 65% das vítimas das operações militares e dos atentados terroristas, a maioria é civil.

ASSOCIAÇÃO IRAQUINA EL-AMAL – WAMITH KHALIL AL-QASSAB

26. Itália

Público versus privado

Atualmente, diante da crença de que o gasto público é excessivo, o país figura em último lugar entre os países da Europa em quase todas as áreas de gasto com proteção social. A única exceção é o sistema público de pensões, que agora é alvo da ofensiva privatizadora. Todavia, a intenção de privatizar a prestação de serviços públicos tem sido mitigada pela sociedade civil.

CRIS ITÁLIA – JASON NARDI; LUNARIA/SBILANCIAMOCI! – TOMMASO RONDINELLA, ELISABETTA SEGRE

27. Letônia

Pessoas idosas desprotegidas

No meado da década de 1990, foi um dos primeiros países da Europa Central e Oriental a conduzir reformas radicais no sistema de pensões. O novo sistema aumentou a idade para aposentadoria e limitou as possibilidades de aposentadorias precoces visando assegurar a sustentabilidade do sistema. Uma década depois, 90% das pessoas aposentadas recebem pensões abaixo do salário mínimo. Por esse motivo, para a maioria, a aposentadoria se traduz em aperto financeiro e exclusão social.

FUNDAÇÃO MITI

28. Líbano

Proteção social deficiente

O país carece de um sistema integral e coerente de proteção social. Mais da metade da população não está coberta por nenhuma forma de seguro médico e os planos de pensão excluem as pessoas mais pobres e vulneráveis. As ONGs desempenham papel fundamental por oferecerem assistência social aos grupos excluídos do sistema de proteção formal. Além disso, refugiados(as) palestinos(as) – 10% da população – enfrentam forte discriminação no direito à seguridade social, ao trabalho e a possuir propriedades, que se traduz em altas taxas de indigência.

REDE DE ONGS ÁRABES PARA O DESENVOLVIMENTO – SAWSAN EL MASRI

29. Malta

Entrar na UE garante maior seguridade?

Em 2006, o país avançou nas reformas legais, cumprindo os objetivos da UE. Todavia, para as mulheres é dificultado o acesso a uma pensão adequada e é possível que o novo programa de seguridade social reduza as pensões. Ao mesmo tempo, o governo diz destinar 0,15% do seu Produto Nacional Bruto (PNB) à AOD – afirmação altamente questionável quando comparada à realidade.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – JOSEPH M. SAMMUT

30. Marrocos

Má governança afeta a proteção social

É indispensável renovar os mecanismos de decisão e gestão e relançar programas eficientes para criar sinergia entre os componentes do sistema de serviços públicos. A transparência é necessária para promover um clima de confiança entre os diversos atores sociais e proteger a população dos riscos econômicos e sociais. Só assim, o país poderá sair da incômoda posição de 123º no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

ESPAÇO ASSOCIATIVO – LARBI JAÏDI

31. México

Direito à seguridade ameaçado

Um regime de seguridade social que beneficia as pessoas assalariadas e suas famílias, mas não alcança a população do setor informal e desocupada e deixa metade das crianças desprotegidas. O sistema de pensões foi submetido a reformas regressivas, enfrentadas por trabalhadores e trabalhadoras com mobilização política e diversas ações jurídicas.

ESPAÇO DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (DESC) – ARELI SANDOVAL TERÁN E RODRIGO OLVERA BRICEÑO

32. Moldávia

Pensões miseráveis para pessoas idosas

Reforma integral do sistema público de pensões com o apoio do Banco Mundial não impediu que as pensões para pessoas idosas sigam bem próximas à linha de pobreza. Embora o gasto público com atenção médica seja considerável, se comparado com outras antigas repúblicas da União Soviética, o sistema público de saúde enfrenta grandes obstáculos, entre eles a perda de profissionais capacitados que emigram para países vizinhos. Como alternativa aos serviços institucionais, em associação com a sociedade civil, desenvolveram-se serviços sociais comunitários, em especial para crianças e pessoas idosas.

PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO – DIANA MOCANU

33. Moçambique

Direito à seguridade distante

As grandes brechas sociais, econômicas e regionais e a falta de políticas públicas claras, inclusivas e participativas são o maior desafio desse país, com um dos mais baixos padrões de vida do mundo – apesar do crescimento econômico dos últimos dez anos. Uma boa governança é requisito imprescindível para oferecer à população um mínimo de serviços básicos e condições de vida que permitam começar a pensar em seguridade social.

SOCIAL WATCH MOÇAMBIQUE E LIGA MOÇAMBIQUANA DE DIREITOS HUMANOS – CUSTÓDIO DUMA E JOAQUIM DIMBANA

34. Nepal

Pobreza desenfreada e falta de proteção

O sistema público de pensões atende somente a funcionários(as) públicos(as) – apenas 4% da população. Não existe sistema de seguridade social estatal para a saúde, e a situação é particularmente alarmante no que diz respeito às crianças. É gritante a necessidade de criar fundos de seguridade social em vários setores, com a participação de organizações locais, para assegurar que os planos de desenvolvimento coincidam com as realidades locais.

RECONSTRUÇÃO RURAL DO NEPAL – PRAJEENA KARMACHARYA E SARBÁ RAJ KHADKA

35. Paquistão

Seguridade longe da maioria

Os planos de pensão e de poupança para aposentadoria são escassos e subutilizados, já que a maioria de trabalhadores e trabalhadoras não é assalariada e trabalha por conta própria. Ainda que o sistema dual de assistência médica inclua um sistema público, este possui recursos escassos e padece de graves carências. Não existe sistema de apoio público para crianças e adolescentes, muitos(as) estão na rua e são vítimas do trabalho infantil. O crescimento da economia informal provocou a redução da arrecadação fiscal e o aumento da pobreza e da insegurança de trabalhadores e trabalhadoras.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE INDUS – AIJAZ A. QURESHI

36. Paraguai

Exclusão e fragmentação

Quatro de cada cinco pessoas não participam de nenhum sistema de previsão social em saúde. Esse alto grau de exclusão se deve a um sistema orientado para trabalhadores(as) assalariados(as) formais, para a evasão do regime obrigatório e para as iniquidades determinadas pela renda. Além disso, só três em cada dez pessoas idosas possuem aposentadoria. Uma profunda reestruturação do sistema de seguridade social requer amplo pacto entre a população.

DECIDAMOS, CAMPANHA PELA EXPRESSÃO CIDADÃ – EDGAR GIMÉNEZ CABALLERO E CÉSAR CABRAL MERELES

37. Peru

Atenção precária à saúde

As políticas neoliberais da década de 1990 promoveram a privatização da gestão da seguridade social. Trabalhadoras e trabalhadores que optaram por um fundo privado não podem regressar ao Fundo Público de Pensões, e as companhias seguradoras não oferecem garantias sobre as contribuições feitas em caso de falência. As pensões dos(as) aposentados(as) são paupérrimas, não existe seguro-desemprego e o setor informal está desprotegido. Não existe um sistema unificado de saúde e a atenção médica pública enfrenta carências orçamentárias.

CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO – HÉCTOR BÉJAR

38. Polônia

Desemprego e direitos escassos

O alto índice de desemprego em uma sociedade que não conhecia esse fenômeno se traduz em uma seguridade social débil. Desempregados(as) e suas famílias vivem no patamar de subsistência ou abaixo desse, em especial habitantes da área rural e mulheres. Algumas pessoas recorrem ao trabalho no setor informal para satisfazer necessidades básicas e outras emigram para diferentes países da UE em busca de trabalho. Ao mesmo tempo, a Polônia recebe refugiados(as) de outras partes do mundo que necessitam de assistência social.

KARAT COALITION E REDE DE MULHERES LESTE-OESTE – MACIEJ D BSKI, MARTYNA KULASZEWSKA, KINGA LOHMANN, ZOFIA ŁAPNIEWSKA, ANITA SEIBERT, ALEKSANDRA SOLIK, JOANNA SZABUNKO E MAŁGORZATA TARASIEWICZ

39. Quênia

Copo meio cheio ou meio vazio?

Os impactantes avanços na seguridade social conseguidos nos primeiros anos da independência estão sendo destruídos nas últimas décadas pelas forças neoliberais, pelos ajustes estruturais e pela corrupção. As oito companhias “que sustentam” os fundos de pensão registrados são bancos comerciais. Por isso, muitas pessoas idosas não possuem alternativa a não ser depender das redes de seguridade familiar. Todavia, os esforços da sociedade civil para proporcionar educação alternativa a 30% de crianças em assentamentos informais têm sido copiados pelo governo.

REDE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDWARD OYUGI

40. Romênia

Para voltar à agenda

O acesso da Romênia à UE, em 1º de janeiro de 2007, foi visto como garantia de melhores condições de vida. Porém, no que diz respeito à seguridade social, vislumbram-se poucas soluções. Embora somente 22% das pessoas na Romênia acreditem que o sistema de bem-estar social proporciona cobertura suficientemente ampla, esse tema foi preterido na agenda política por assuntos como a corrupção. A sociedade civil deve desempenhar o papel de defensora de uma seguridade social como direito de todas as pessoas.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL – VALENTIN BURADA

41. Sérvia

Adeus, proteção social!

O país teve um progresso notável com a estabilidade macroeconômica e uma economia de mercado funcional após as privatizações e o ajuste estrutural. Contudo, não conseguiu livrar a população das consequências negativas desses processos. Os direitos sociais e econômicos alcançados durante o período socialista foram reduzidos drasticamente, aumentando a insegurança humana. A redução é justificada pela necessidade de atrair investimentos estrangeiros e estimular o crescimento econômico.

CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS DA MULHER – MIRJANA DOKMANOVIC

42. Senegal

Educação e saúde inacessíveis

Os objetivos do governo de reduzir a pobreza em 30% até 2015 não se concretizarão sem mudanças estruturais profundas. O país necessita alcançar um crescimento econômico real e sustentável que permita universalizar a educação e os serviços de saúde para reduzir os altos índices de mortalidade materno-infantil.

ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO NORTE – TAMSIR SALL E RAMATOU LAYE NGOM

43. Somália

Luta por estabilidade

Os escassos mecanismos de proteção social durante os 21 anos de governo socialista científico ainda não foram restituídos desde que grupos rebeldes derrotaram o regime em 1991. O país continua lutando pela estabilidade e contra a guerra civil, o que torna muito complexa a adoção de planos de seguridade social. Além disso, 43% da população vive com menos de US\$ 1/dia.

COALIZÃO SOCIAL WATCH DA SOMÁLIA

44. Suriname

Benefícios escassos e ineficazes

A rede de seguridade social, que deveria proporcionar a proteção que a Constituição garante, está cheia de problemas. Os benefícios oferecidos são escassos e ineficazes. Serviços, como atenção médica gratuita, são utilizados por muitas pessoas que não os necessitam, mas não estão à disposição de quem precisa. As baixas taxas de emprego geram inquietação acerca da sustentabilidade dos planos de seguridade social no futuro.

STICHTING ULTIMATE PURPOSE – MAGGIE SCHMEITZ

45. Tailândia

Sem segurança não pode haver seguridade

Resolver a escalada da violência nas províncias do sul do país constitui o primeiro passo para tratar de seguridade social. Sem segurança humana, a seguridade social sempre ocupará o segundo lugar. No caminho em direção à seguridade social para todas as pessoas, faz-se necessária uma reconciliação entre diferentes grupos culturais e religiosos, independentemente de raça, cultura, gênero ou religião.

GRUPO DE TRABALHO DA AGENDA SOCIAL-
RANEE HASSARUNGSEE

46. Tanzânia

Obrigações internacionais descumpridas

O país assinou numerosos tratados internacionais que garantem o direito à seguridade social a todas as pessoas. A OIT sustenta que o governo tem condições de garantir, ao menos, uma modesta seguridade social para cidadãos e cidadãs. Todavia, até o momento, os planos de seguridade social se limitam, em grande parte, a quem trabalha no setor formal da economia, que representa somente uma fração da população.

SAHRINGON (REDE DE ONGS DE DIREITOS HUMANOS
DA ÁFRICA DO SUL) FILIAL TANZÂNIA – RICHARD SHILAMBA

47. Uganda

Promessas destruídas

O país tem ratificado várias convenções internacionais de direitos humanos e seguridade social com a intenção de adaptá-las, desenvolvendo leis e políticas nacionais. Porém, as limitações das instituições responsáveis e a alta incidência da pobreza e da corrupção criam uma série de desafios para os programas de seguridade social existentes, que são muito inadequados.

REDE DE DESENVOLVIMENTO DA ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA
DE NATIVOS (DENIVA) – DAVID OBOT

48. Zâmbia

População socialmente carente

Teoricamente, o país conta com uma política social bem desenvolvida. Porém, carece de um sistema adequado para aplicar o direito de acesso à seguridade social – o que faz com que essas políticas, assim como os instrumentos internacionais que foram ratificados, não valham muito. A omissão da seguridade social na constituição resulta em 70% da população vivendo na pobreza e sem recursos jurídicos para mudar a situação. As considerações de gênero também são ignoradas, o que obriga as mulheres a fazer malabarismos para sobreviver diante da discriminação nos setores privado e público.

MULHERES PELA MUDANÇA – MICHELO HANSUNGULE